

QUESTIONÁRIO - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL
Pesquisador: Rodrigo Sartori Bogo (FCT-UNESP, Presidente Prudente)

Por favor, preencha as informações abaixo antes de iniciar o questionário

Nome: Ricardo Luiz de Figueiredo Coelho

Cargo: Administrador V

Município: Ipatinga – Minas Gerais

1 – Há um orçamento participativo ativo no município? Se não, qual foi a última edição realizada? Quantas edições já foram realizadas no município?

R: Atualmente, NÃO há Orçamento Participativo - OP ativo no Município de Ipatinga. A primeira edição ocorreu em 1990 e a última em 2013. Ao longo desse período foram realizadas 21 edições do Orçamento Participativo, sendo:

- 19 edições entre 1990 e 2008;
- 01 edição em 2010;
- 01 edição em 2013.

2 – Qual o modelo de orçamento participativo utilizado no município? Esse modelo passou por alguma alteração ao longo do tempo? Se sim, quantas? (obs: caso não haja OP ativo no município, a pergunta se refere à última edição)

R: O modelo de gestão participativa adotado em Ipatinga começou a ser organizado e desenvolvido em 1989, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo da cidade.

Nesse ano, deu-se início ao diagnóstico da situação socioeconômica do município, o que levou à divisão do mesmo em oito Regionais Orçamentárias, de acordo com as características de cada bairro.

Na sequência, foram instituídos os Conselhos Regionais e Municipal de Orçamento, para representar a população no processo de elaboração da lei orçamentária.

Os Conselhos Regionais de Orçamento eram constituídos por um representante para cada 1.000 moradores da respectiva regional e possuía a função de efetuar o levantamento das reivindicações da população e eleger as suas prioridades. O total de conselheiros efetivos, na última edição do Orçamento Participativo, em 2013, era de 249 membros.

Quanto ao Conselho Municipal de Orçamento, este era constituído por 1 representante para cada 10.000 moradores da cidade, além do Prefeito e dos Secretários Municipais de Planejamento, Obras, Saúde, Desenvolvimento Econômico, Governo, Assistência Social, Serviços Urbanos e Educação. A sua função primordial era acompanhar e fiscalizar a execução das prioridades estabelecidas.

Em 2013 a composição do Conselho Municipal de Orçamento era formada por 76 membros efetivos.

Em 1990, foi realizado o I Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias – COMPOR. Posteriormente, no ano de 2005, o processo recebeu o nome de “Orçamento Participativo Ampliado – OPA” e, em 2009, passou a ser chamado de “Orçamento Cidadão”. Neste evento, os conselheiros e a população referendavam as prioridades que integrariam a Lei Orçamentária, além de analisar, discutir e aprovar o Plano Plurianual. Este evento ocorria anualmente, antes da Lei Orçamentária ser enviada à Câmara Municipal.

Em 1993, o Conselho Municipal de Orçamento foi institucionalizado através de lei, passando a fazer parte da estrutura administrativa da Prefeitura, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento. Nesse mesmo ano foi elaborado o primeiro Regimento Interno do Conselho.

No ano de 2002 a Regional VIII foi dividida em duas, dando origem à Regional IX que reúne os bairros de área rural, cuja população passou a reivindicar obras e serviços que estavam fora do contexto das regionais da área urbana.

Ciclo do Orçamento Participativo de Ipatinga

O ciclo orçamentário de Ipatinga era composto por oito fases distintas que tinham início com a definição dos critérios para divisão dos recursos orçamentários e terminavam com a prestação de contas à população:

1ª Fase: A Prefeitura Definia os Critérios de Distribuição de Recursos Orçamentários Entre as Regionais

Para distribuir de forma mais justa os recursos orçamentários entre as regionais, a Prefeitura criou o “Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM”, constituído por três outros índices: o índice Social, o índice de Gestão e o índice de Cidadania. A metodologia adotada pela Prefeitura era a mesma usada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD na apuração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Cada um dos três índices correspondia ao resultado da apuração de outros indicadores, a saber:

- Índice Social - Refletia a condição social e a qualidade de vida da população de cada regional:
 - ❖ Índice Renda
 - ❖ Índice Habitacional
 - ❖ Índice de Alfabetização
 - ❖ Índice de Saneamento Ambiental
 - ❖ Índice de Saúde
 - ❖ Índice de Educação
- Índice de Gestão – Refletia a responsabilidade e a eficiência dos serviços públicos prestados pela administração municipal em cada regional:
 - ❖ Lixo Inadequado
 - ❖ Coeficiente de Mortalidade Infantil
 - ❖ % Crianças Matriculadas na Pré-escola

- Índice de Cidadania – Refletia a responsabilidade e o comprometimento da comunidade de cada regional com as ações e programas desenvolvidos pelo governo municipal:
 - ❖ Inadimplência de IPTU
 - ❖ Participação nas Plenárias do Orçamento
 - ❖ Incidência de Dengue
- População – O número de habitantes de cada regional era usado apenas como “peso” na aferição final do IDM, estabelecendo o equilíbrio do resultado final.

Tanto os critérios quanto o resultado da apuração do IDM era apresentado e debatido com os conselheiros do orçamento para análise e referendo antes das fases de plenárias.

2ª Fase: Plenária de Abertura do Ciclo Orçamentário

Nesta fase, o governo municipal apresentava à população a perspectiva de arrecadação da receita para o próximo exercício e a Cota Orçamentária de cada Regional, com base no IDM.

Era a partir desta plenária que ocorria a abertura oficial do processo orçamentário e a população de cada regional iniciava as reuniões para definir suas prioridades.

Por sua vez, a Prefeitura instalava quiosques nas nove regionais, com acesso à internet, para que a população que não pudeira participar das reuniões do orçamento pudesse indicar suas prioridades através do site da Prefeitura: Portal do Cidadão.

3ª Fase: Caravana da Participação Popular

Após o levantamento das reivindicações, a população de cada regional era convidada a visitar os locais onde as obras estavam sendo solicitadas. Essa estratégia fazia com que os moradores de um determinado bairro conhecessem as necessidades dos habitantes dos demais bairros da regional, quebrando o sentimento de bairrismo e sensibilizando a todos para as necessidades mais urgentes de determinada comunidade.

4ª Fase: A Prefeitura Orça as Prioridades Eleitas

Após levantar todas as reivindicações da população, os conselheiros de cada regional encaminhavam à Prefeitura o relatório das prioridades definidas para que os técnicos da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento, Serviços Urbanos, Saúde e Educação pudessem orçar cada uma delas.

5ª Fase: Assembleias Regionais Preparatórias ao Congresso

Nessas Assembleias, de posse da cota orçamentária de sua respectiva regional e de posse dos orçamentos elaborados pela Prefeitura, a população definia, dentre todas as prioridades elencadas, quais eram aquelas que cabiam na cota estabelecida e que seriam incluídas no orçamento e executadas no próximo exercício.

6ª Fase: Congresso Municipal do Orçamento

No Congresso Municipal do Orçamento, os conselheiros e os representantes da sociedade organizada analisavam, discutiam e aprovavam as metas do PPA e referendavam as prioridades de cada regional para o próximo exercício.

Durante o congresso, todas as atividades eram transmitidas ao vivo, pela internet. Além disso, o Prefeito participa de um “chat”, respondendo perguntas e recebendo sugestões e críticas dos internautas.

7ª Fase: Plenária de Execução Orçamentária

Nesta fase, a Prefeitura apresentava aos Conselheiros a proposta do cronograma de execução das obras referendadas no Congresso Municipal de Orçamento.

8ª Fase: Plenária Bimestral de Prestação de Contas

Para que a população pudesse acompanhar a execução orçamentária, a Prefeitura realizava bimestralmente as plenárias de prestação de contas, expondo o andamento do cronograma das obras e prestando os devidos esclarecimentos à população sobre os possíveis atrasos na execução do cronograma proposto.

Por fim, vale a pena ressaltar que, em 1989, juntamente com Porto Alegre (RS) e Icapuí (CE), Ipatinga foi pioneira na implantação do sistema de gestão democrática no Brasil, com um modelo de Orçamento Participativo que, entre os anos de 1990 e 2004, recebeu quatro premiações da Fundação Ford e Fundação Getúlio Vargas, além do “Prêmio de Excelência em Governo Eletrônico”, na categoria Orçamento e Participação Popular. Merece destaque, também, o fato do referido modelo ter sido estudado, aprovado e indicado como referência de “melhores práticas de gestão pública” e apresentado em vários congressos internacionais realizados no Chile, México, Estados Unidos, Portugal, Inglaterra e França.

3 – Qual foi o número de participantes totais (votantes e em assembleias, se possível discriminar) na última edição do orçamento participativo? Qual foi o total de participantes nas edições anteriores (preencher tabela abaixo, incrementar caso haja alguma edição faltante)?

A última edição do Orçamento Participativo de Ipatinga ocorreu em 2013. O número de participantes no Ciclo do OP foi de 3.501 munícipes, sendo:

- 325 votantes (249 representantes dos Conselhos Regionais e 76 do Conselho Municipal de Orçamento);
- 3.176 participantes nas plenárias.

Ano de realização do OP	Nº total de participantes do OP
1989	Ano de organização e planejamento do OP.
1990	2.448
1991	2.499
1992	2.531
1993	2.569
1994	2.623

1995	2.678
1996	2.732
1997	2.610
1998	2.841
1999	2.885
2000	2.939
2001	2.977
2002	3.014
2003	3.062
2004	3.170
2005	2.937
2006	972
2007	545
2008	525
2009	Neste ano não houve edição do OP.
2010	3.112
2011	Neste ano não houve edição do OP.
2012	Neste ano não houve edição do OP.
2013	3.501
2014	Neste ano não houve edição do OP.
2015	Neste ano não houve edição do OP.
2016	Neste ano não houve edição do OP.

4 - Qual foi o valor total investido (em R\$) pela prefeitura na última edição do orçamento participativo? E qual foi o valor total investido nas edições anteriores (preencher tabela abaixo, incrementar caso haja alguma edição faltante)?

Na última edição do Orçamento Participativo de Ipatinga, o valor total investido pela Prefeitura nas obras eleitas pela comunidade foi de R\$ 11.202.515,00 (onze milhões, duzentos e dois mil, quinhentos e quinze reais).

Ano de realização do OP	Valor total investido via OP (R\$)
1989	Ano de organização e planejamento do OP.
1990	NCr\$ 33.000.000,00
1991	Cr\$ 910.157.949,00
1992	Cr\$ 774.227.344,00
1993	Cr\$ 820.124.840,00
1994	CR\$ 83.028.492,00
1995	R\$ 1.840.062,00
1996	R\$ 1.910.886,00
1997	R\$ 1.950.771,00
1998	R\$ 2.012.938,00
1999	R\$ 2.015.627,00
2000	R\$ 2.048.449,00
2001	R\$ 3.121.115,00
2002	R\$ 3.068.646,00
2003	R\$ 3.598.455,00

2004	R\$ 3.764.874,00
2005	R\$ 699.453,26
2006	R\$ 678.881,42
2007	R\$ 4.452.053,03
2008	R\$ 1.961.534,37
2009	Neste ano não houve edição do OP.
2010	R\$ 6.721.804,23
2011	Neste ano não houve edição do OP.
2012	Neste ano não houve edição do OP.
2013	R\$ 11.202.515,00
2014	Neste ano não houve edição do OP.
2015	Neste ano não houve edição do OP.
2016	Neste ano não houve edição do OP.

NCz\$: Cruzado Novo

Cr\$: Cruzeiro

CR\$: Cruzeiro Real

R\$: Real

5 – Qual a porcentagem (%) dos investimentos municipais que foram direcionados ao orçamento participativo na última edição? Qual foi essa porcentagem nas edições anteriores (preencher tabela abaixo, incrementar caso haja alguma edição faltante)?

Na última edição do Orçamento Participativo de Ipatinga, o percentual (%) dos investimentos municipais direcionados às prioridades eleitas pela comunidade foi de 1,72% do Orçamento.

Ano de realização do OP	Fatia dos investimentos municipais aplicados via OP (%)
1989	Ano de organização e planejamento do OP.
1990	1,50%
1991	1,50%
1992	1,50%
1993	0,20%
1994	1,60%
1995	1,32%
1996	0,72%
1997	1,00%
1998	1,18%
1999	1,11%
2000	1,00%
2001	1,60%
2002	1,50%
2003	1,29%
2004	1,32%
2005	0,23%
2006	0,18%
2007	1,11%
2008	0,41%

2009	Neste ano não houve edição do OP.
2010	0,98%
2011	Neste ano não houve edição do OP.
2012	Neste ano não houve edição do OP.
2013	1,72%
2014	Neste ano não houve edição do OP.
2015	Neste ano não houve edição do OP.
2016	Neste ano não houve edição do OP.

6 – Os investimentos do orçamento participativo são destinados a áreas mais socioeconomicamente vulneráveis do município? Há alguma regra com este objetivo?

R: Sim. Para distribuir de forma mais justa os recursos orçamentários e contemplar as áreas mais vulneráveis, o Município distribuía os recursos entre as Regionais Orçamentárias com base no Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM, conforme apresentado no item 2 deste questionário.